

## SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AL

# Estudo Técnico Preliminar 2/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08230.005996/2025-12

## 2. Descrição da necessidade

- 2.1. O contrato vigente para prestação de serviços continuados de vigilância armada patrimonial, firmado por meio do Termo de Contrato nº 22/2021 (20967132), possui vigência até 08/12/2026 (142925938) e contempla exclusivamente postos de vigilância armada em regime 12x36 horas (diurno e noturno), não sendo possível aditar para inclusão de nova modalidade.
- 2.2. A necessidade da nova contratação decorre de demanda específica apresentada pelo SIP/SR/PF/AL, conforme Ofício nº 30/2025 (129506883), que solicita a disponibilização de profissional para atuar na operação da porta giratória e detector de metais na entrada principal da sede da SR/PF/AL.
- 2.3. O profissional deverá desempenhar suas atividades de segunda a sexta-feira, no horário de expediente, para atendimento ao público, orientação e encaminhamento de visitantes, reforçando os mecanismos de segurança e prevenindo o ingresso de materiais de risco, conforme diretrizes do Plano de Modernização da Segurança Orgânica (Resolução CG/PF nº 007/2024).
- 2.4. A atividade de vigilância armada patrimonial não é inerente às categorias funcionais do plano de cargos da Polícia Federal, o que, à luz do Decreto nº 9.507/2018, autoriza a execução indireta de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Administração e Logística Policial - SELOG	Getúlio Menezes Bento

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Regularidade fiscal, trabalhista e idoneidade para contratar com a Administração Pública.
- 4.2. Capacidade técnica e operacional comprovada, com experiência mínima de 03 (três) anos em vigilância armada.
- 4.3. Atendimento às exigências da Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), que revogou a Lei nº 7.102/1983.
- 4.4. Profissionais enquadrados na CBO 5173 – Vigilante, com CNV válida e autorização expedida pela Polícia Federal.
- 4.5. Pagamento do adicional de periculosidade previsto na Lei nº 12.740/2012.
- 4.6. Registro e autorização da empresa junto à Polícia Federal.
- 4.7. Cumprimento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- 4.8. Prestação de serviços em horário fixo administrativo: sendo um posto de 44h semanais, de segunda a sexta-feira e outros 5 (cinco) postos, na escala 12 x 36, sendo 02 (dois) diurnos e 03 (três) noturnos.
- 4.9. Contrato com vigência inicial de 24 meses prorrogáveis por até 10 anos (art. 106 e 107 da Lei 14.133).
- 4.10. Observância dos critérios de sustentabilidade ambiental da IN nº 01/2010 – SLTI/MPOG.
- 4.11. Em observância à Portaria nº 173/2007-DG/DPF, que dispõe sobre o controle de ingresso e permanência de pessoal não integrante do quadro permanente no âmbito da Polícia Federal, a contratação de serviços terceirizados deverá atender aos seguintes requisitos:

4.11.1. Os empregados da futura contratada não poderão possuir relação de parentesco, natural ou civil, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, com servidores ativos ou inativos da Polícia Federal;

4.11.2. Antes do início das atividades, cada trabalhador terceirizado deverá preencher a declaração de ausência de parentesco, a ser arquivada pela própria empresa contratada e apresentada à Administração quando solicitado;

4.11.3. A unidade requisitante deverá submeter os currículos e dados dos futuros empregados à verificação e entrevista prévia, conforme previsto nos arts. 10 e 11 da referida Portaria, antes do início do exercício das atividades.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Para atender à nova demanda de vigilância armada em horário administrativo, foi realizada análise de mercado com base nas contratações recentes de serviços de vigilância armada no âmbito da Administração Pública Federal, conforme diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73 /2020, da Portaria MJSP nº 1.606/24 e do art. 23, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. As consultas foram realizadas em fontes oficiais e confiáveis, notadamente:

5.2.1. Painel de Preços do Governo Federal (ComprasGov.br);

5.2.2. Contratações similares registradas em Licitações de órgãos federais na Região Nordeste.

5.3. A análise revelou que os preços médios unitários praticados para postos de vigilância armada com jornada de 44 horas semanais ou em regime 12x36 variam, atualmente, entre R\$ 5801,90 e R\$ 13.780,42 mensais, conforme a localidade, carga horária e Convenção Coletiva de Trabalho vigente.

5.4. No tocante aos postos 12x36, cada unidade contempla dois profissionais.

5.5. Observou-se que a quase totalidade dos órgãos públicos contrata os serviços de vigilância armada de forma terceirizada, por ser atividade de natureza acessória, instrumental e de apoio, conforme autorizado pelo Decreto nº 9.507/2018. Não há, portanto, alternativa técnica economicamente viável de execução direta do objeto pela Administração.

5.6. Identificaram-se três formatos predominantes de regime de trabalho no mercado:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	Posto de vigilância armada diurna, das 07:00h às 19:00h, escala de 12x36, de segunda-feira a domingo, sendo 01 (um) na SR/PF/AL e outro no Prédio da Base FICCO.	02
2	Posto de vigilância armada noturno, das 19:00h às 7:00h, escala de 12x36, de segunda-feira a domingo, sendo 02 (dois) na SR/PF/AL e 01 (um) no Prédio da Base FICCO.	03
3	Posto de vigilância armada diurna (44 horas semanais), de segunda-feira a sexta-feira, na SR/PF/AL.	01

5.6.1. Posto de 44 horas semanais, com jornada de 8 horas e 48 minutos diários, de segunda a sexta;

5.6.2. Posto em escala 12x36, com dois vigilantes por posto;

5.7. A adoção do posto administrativo de 8 horas e 48 minutos diários revela-se a opção mais adequada para a necessidade específica do SIP/SR/PF /AL, garantindo cobertura durante o horário de atendimento ao público, com redução de custos em relação ao modelo 12x36, pois requer apenas um vigilante por posto e menor incidência de adicionais noturnos, domingos e feriados.

5.8. A pesquisa preliminar indica que o valor de referência estimado para este novo posto, considerando a Convenção Coletiva de Trabalho 2026 da categoria em Alagoas, os encargos sociais, benefícios e o adicional de periculosidade, situar-se-á na faixa de R\$ 6.101,60 a R\$ 14.028,36 mensais, compatível com os preços atualmente praticados em contratações equivalentes.

5A coleta de preços definitiva será formalizada em fase posterior, observando o art. 6º, §1º, da IN nº 73/2020/SEGES/ME, com no mínimo três cotações válidas, considerando tributos, encargos e demais custos indiretos, a fim de assegurar a fidedignidade dos valores e a economicidade da futura contratação.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissional pertencente à categoria de ocupação Vigilante, conforme Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 5173, devidamente habilitado e portador de Carteira Nacional de Vigilante (CNV), emitida pela Polícia Federal, com curso de formação e reciclagem atualizados, em conformidade com o art. 20 da Lei nº 14.967/2024 e o art. 155 da Portaria DPF nº 3.233 /2012.

6.2. O serviço compreenderá a execução das seguintes tarefas básicas e obrigações funcionais, adaptadas à natureza administrativa do posto:

### 6.2.1. Atividades Gerais

6.2.1.1. Manter vigilância ostensiva na área da portaria principal da SR/PF/AL, observando continuamente o fluxo de entrada e saída de pessoas, visitantes e servidores.

6.2.1.2. Operar a porta giratória e o detector de metais, realizando a triagem eletrônica de objetos e volumes, com urbanidade e observância aos protocolos internos de segurança.

6.2.1.3. Comunicar imediatamente à Administração e ao Setor de Inteligência Policial (SIP/SR/PF/AL) qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional ou operacional.

6.2.1.4. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente identificadas e autorizadas, mediante apresentação de documento de identidade e registro em controle próprio.

6.2.1.5. Manter, em local visível, os números dos telefones de emergência dos órgãos de segurança (PM, PC, PRF, Bombeiros, SAMU e hospitais de referência).

6.2.1.6. Observar e relatar movimentações suspeitas nas imediações, adotando medidas preventivas e comunicando imediatamente à Administração.

6.2.1.7. Registrar toda ocorrência em Livro de Ocorrência específico, mantendo controle de visitantes e incidentes.

6.2.1.8. Cooperar, quando necessário, com as forças de segurança pública em situações de emergência ou ocorrência policial nas dependências da SR/PF/AL.

6.2.1.9. Zelar pela conservação dos equipamentos sob sua guarda, como detector de metais, porta giratória, rádios comunicadores e demais itens disponibilizados pela Administração.

6.2.1.1.0. Controlar a entrada e saída de materiais e volumes, exigindo autorização prévia dos setores competentes.

6.2.1.1.1. Proibir a entrada de ambulantes, entregadores ou pessoas não autorizadas, salvo mediante prévia liberação da Administração.

6.2.1.1.2. Manter conduta cortês, postura compatível com o ambiente institucional e respeito aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência.

6.2.1.1.3. Exercer suas atividades com urbanidade, probidade e denodo, observando os direitos e garantias fundamentais, nos termos do art. 164 da Portaria DPF nº 3.233/2012.

6.2.1.1.4. Portar a Carteira Nacional de Vigilante (CNV) e manter-se adstrito ao local sob vigilância durante todo o horário de expediente.

6.2.1.1.5. Comunicar imediatamente ao superior hierárquico quaisquer incidentes ocorridos no serviço, bem como irregularidades relativas aos equipamentos de uso pessoal (arma, munição, colete).

6.2.1.1.6. Cumprir integralmente as determinações da Administração e da fiscalização contratual, mantendo registro diário de frequência e pontualidade.

## **6.2.2. Uniformes e Apresentação Pessoal**

6.2.2.1. Os uniformes fornecidos pela Contratada deverão ser condizentes com a atividade e o ambiente institucional, atendendo ao disposto na Lei nº 14.967/2024, à Portaria DPF nº 3.233/2012 e às normas da ABNT, compreendendo peças adequadas às diferentes condições climáticas:

- 6.2.2.1.1. Calças;
- 6.2.2.1.2. Camisas de mangas curtas;
- 6.2.2.1.3. Sapatos ou botas pretas ou coturno;
- 6.2.2.1.4. Cinto de nylon;
- 6.2.2.1.5. Meias de cano longo;
- 6.2.2.1.6. Jaqueta de frio ou japona;
- 6.2.2.1.7. Capa de chuva;
- 6.2.2.1.8. Boné/Quepe com emblema da empresa;
- 6.2.2.1.9. Distintivo;
- 6.2.2.1.10. Crachá.

6.2.2.2. Cada empregado deverá receber 02 (dois) conjuntos completos de uniforme no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto a cada 06 (seis) meses, ou antes, caso apresente desgaste ou inadequação. Cada conjunto deverá ser composto de, no mínimo: 01 (uma) calça, 02 (duas) camisas, 01 (um) par de calçados, 01 (um) cinto, e 02 (dois) pares de meias, com substituição semestral; 01 (uma) jaqueta de frio, 01 (uma) capa de chuva, 01 (um) boné, e 01 (um) distintivo, com substituição a cada 12 (doze) meses; bem como o crachá com substituição a cada 24 (vinte e quatro) meses.

6.2.2.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que necessário, sem qualquer custo adicional.

6.2.2.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo nominal, cuja cópia será encaminhada ao fiscal do contrato para conferência e registro.

## **6.2.3. Equipamentos e Materiais Operacionais**

6.2.3.1. A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, mantendo-os em perfeitas condições de uso e substituindo-os sempre que necessário, conforme segue:

- 6.2.3.1.1. Arma de fogo (revólver calibre permitido ou pistola, conforme autorização da Polícia Federal);
- 6.2.3.1.2. Cinto com coldre e porta-munição (baleiro);
- 6.2.3.1.3. Munição compatível com o armamento (12 unidades por ano);
- 6.2.3.1.4. Livro de Ocorrência padronizado;
- 6.2.3.1.5. Cassetete e porta-cassetete;
- 6.2.3.1.6. Apito e cordão de apito;
- 6.2.3.1.7. Lanterna LED com carregador;
- 6.2.3.1.8. Colete à prova de balas com certificação do Exército Brasileiro;

## **6.2.4. Programação e Supervisão dos Serviços**

6.2.4.1. A programação das atividades será definida pela Administração da SR/PF/AL, podendo ser ajustada de acordo com as necessidades operacionais. O vigilante deverá cumprir rigorosamente os horários estabelecidos, mantendo presença contínua no posto durante o expediente administrativo.

6.2.4.2. O atendimento deverá ser prestado com urbanidade, presteza e disciplina, observando as normas internas de segurança e conduta institucional.

6.2.4.3. A supervisão técnica será de responsabilidade da Contratada, que deverá realizar visitas periódicas e manter contato direto com o fiscal do contrato para o acompanhamento e eventuais substituições de pessoal.

6.2.4.4. A execução dos serviços deverá observar os princípios de governança, integridade e conformidade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024, que regulamenta a avaliação de programas de integridade nas contratações públicas federais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Considerando as diretrizes estabelecidas na Portaria nº 1.718 – SR/PF/AL, que dispõe sobre a segurança física das instalações da Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas e define as atribuições de vigilância patrimonial e controle de acesso, a atual equipe de vigilância armada mantém a seguinte estrutura:

- 7.1.1. 01 (um) vigilante diurno e 02 (dois) vigilantes noturnos na sede da SR/PF/AL;
- 7.1.2. 01 (um) vigilante diurno e 01 (um) vigilante noturno na Base FICCO – Força Integrada de Combate ao Crime Organizado.
- 7.1.3. 01 (um) vigilante 8 horas e 48 minutos diários, para sede da SR/PF/AL, com permanência no serviço de Plantão (hall de entrada), de segunda à sexta-feira, das 08 às 18 horas e intervalo para repouso e almoço, preferencialmente, das 12 h e 15 m às 13 h e 27 m.

7.2. Os postos em regime de escala 12x36 horas deverão garantir cobertura ininterrupta durante 24 horas diárias, 7 dias por semana.

7.3. Não obstante o contrato em vigor (Termo de Contrato nº 22/2021) atender à vigilância patrimonial contínua, o Setor de Inteligência Policial – SIP /SR/PF/AL identificou a necessidade de reforço no controle de acesso de pessoas e materiais, especialmente no período de maior fluxo de visitantes e atendimento ao público, que ocorre exclusivamente em horário administrativo.

7.4. A nova demanda tem por finalidade assegurar a operação da porta giratória e do detector de metais localizados na entrada principal da SR/PF /AL, permitindo triagem adequada e prevenção à entrada de objetos potencialmente perigosos, sem interferir nas atividades dos postos existentes.

7.5. Diante disso, verificou-se que o modelo de posto administrativo fixo, com jornada de 8 (oito) horas e 48 minutos diárias, de segunda a sexta-feira, é o mais adequado para atender a esta necessidade específica, visto que:

- (a) coincide com o horário de expediente da SR/PF/AL e o atendimento ao público externo;
- (b) proporciona otimização de recursos, uma vez que requer apenas 01 (um) profissional sem necessidade de revezamento;
- (c) não impacta a estrutura atual de vigilância 12x36 horas, que continuará responsável pela segurança perimetral e noturna;
- (d) reforça o controle de acesso físico e eletrônico, em consonância com o Plano de Modernização da Segurança Orgânica (Resolução CG/PF nº 007/2024).

7.6. Assim, propõe-se a ampliação do quantitativo de postos de vigilância armada patrimonial atualmente existentes, com a inclusão de 01 (um) novo posto administrativo armado, com jornada de 8 horas e 48 minutos diárias, em regime de segunda a sexta-feira, destinado à sede da SR/PF/AL.

7.7. Ressalte-se que a nova contratação não substitui nem altera os postos 12x36 vigentes, mas complementa a estrutura de segurança existente, reforçando o controle de entrada e saída durante o expediente e permitindo que os vigilantes dos demais postos mantenham sua atenção voltada às áreas externas e de maior vulnerabilidade.

7.8. A estimativa consolidada de quantitativos, após a inclusão do novo posto administrativo, é apresentada na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	Posto de vigilância armada diurna, das 07:00h às 19:00h, escala de 12x36, de segunda-feira a domingo, sendo 01 (um) na SR/PF/AL e outro na DRE.	02
2	Posto de vigilância armada noturno, das 19:00h às 7:00h, escala de 12x36, de segunda-feira a domingo, sendo 02 (dois) na SR/PF/AL e 01 (um) na DRE.	03
3	Posto de vigilância armada diurna (8h e 48m/dia, 40 horas semanais), de segunda-feira a sexta-feira, na SR/PF/AL.	01

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.762.590,00

8.1. Para definição dos valores de referência da nova contratação foi elaborada pesquisa seguindo as diretrizes da IN nº 73/2020 e da Portaria nº 1.606/24 – SE/MJSP.

8.2. Foram identificados 07 (sete) registros de licitações realizadas no Nordeste, no exercício de 2025.

8.3. Os extratos das pesquisas foram acostados no arquivo nº 143012927 do Processo SEI nº 08230.005996/2025-12 .

8.4. Conforme apurado nos mapas comparativos de preços, os valores estimados de contratação são:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT. POSTOS	VALOR UNITÁRIO	QUANT. MESES	VALOR TOTAL POR ITEM
1	Posto de vigilância armada diurna, das 07:00h às 19:00h, escala de 12x36, de segunda-feira a domingo, sendo 01 (um) na SR/PF/AL e outro na DRE. Cada posto necessita de 02 (dois) vigilantes.	02	R\$ 12.559,98	24	R\$ 602.879,04
2	Posto de vigilância armada noturno, das 19:00h às 7:00h, escala de 12x36, de segunda-feira a domingo, sendo 02 (dois) e 01 (um) na DRE. Cada posto necessita de 02 (dois) vigilantes.	03	R\$ 14.064,38	24	R\$ 1.012.635,36
3	Posto de vigilância armada diurna (8h e 48m/dia, 44 horas semanais), de segunda-feira a sexta-feira, na SR/PF/AL.	01	R\$ 6.128,15	24	R\$ 73.537,80
Total Estimado (24 meses)					R\$ 1.762.590,00

8.5. A pesquisa permitiu ainda referenciar os valores para os insumos (equipamento e uniformes), para melhor orientação do pregoeiro/agente de contratações.

DESCRIÇÃO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS (durabilidade)	QUANTIDADE MÊS POR PROFISSIONAL	PREÇO UNITÁRIO MÊS
Calça	0,17	7,94
Camisa mangas/longas	0,33	15,00
Cinto de Nylon	0,08	1,38
Calçados (par)	0,17	13,74
Meias (par)	0,33	2,90
Cobertura/Boné com emblema	0,08	1,67
Jaqueta de frio/Japona	0,08	6,22

Capa de chuva	0,08	2,19
Crachá	0,04	0,18
Revólver calibre 38 (60 meses)	0,02	40,16
Cinto/coldre/ baleiro (12 meses)	0,08	2,17
Munição calibre 38 (12 unidades por ano)	1	4,79
Distintivo tipo Broche	0,08	1,26
Livro de Ocorrência (2 unidades)	0,08	4,83
Cassetete e Porta Cassetete (24 meses)	0,08	1,37
Apito e Cordão de Apito	0,08	1,40
Lanterna LED com carregador (24 meses)	0,04	1,12
Coletes prova de balas	0,02	15,84

8.5.1. Para os postos 12 x 36, o revólver, munições, cinto/coldren/baleiro e lanterna serão compartilhados pelos dois profissionais que atuarem no mesmo posto.

8.5.2. O custo mensal estimado da lanterna para o posto de 44 horas é de R\$ 2,24 (dois reais e vinte e quatro centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A Lei nº 14.133/2021 orienta que o parcelamento deve ser adotado quando técnica e economicamente viável, para ampliar a competitividade e otimizar recursos.

9.2. No presente caso, a licitação será realizada por itens, considerando as diferenças entre os postos 12x36 e o novo posto administrativo (8h e 48m/dia), com preços distintos.

9.3. O agrupamento em um único lote é justificável por garantir padronização dos serviços, economia de escala, simplificação da gestão contratual e redução de custos administrativos, sem prejuízo à competitividade, pois todas as empresas do segmento atendem ambos os formatos.

9.4. A gestão integrada assegura maior controle, celeridade e harmonia na execução, evitando fragmentação que poderia comprometer a eficiência e a economicidade. Ressalte-se que a equipe de gestão de contratos é pequena, não sendo viável gerenciar mais de um contrato para este objeto, sob pena de aumentar a complexidade e os riscos de fiscalização.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que impactem a presente demanda, visto tratar-se de reforço pontual à estrutura de vigilância armada já existente.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está alinhada ao Plano de Modernização da Segurança Orgânica (Resolução CG/PF nº 007/2024) e às ações estratégicas previstas no Plano Estratégico da Polícia Federal, especialmente no eixo de padronização e otimização das atividades de aquisição de bens e serviços, garantindo racionalização e economicidade.

11.2. Consta no Plano Anual de Contratações (PCA) da SR/PF/AL, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com os seguintes dados:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000028/2026

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025

III) Id do item no PCA: 9

IV) Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA

V) Identificador da Futura Contratação: 200358-81/2026

11.3. A inclusão da demanda no PCA reforça a aderência ao planejamento estratégico e à governança das contratações, garantindo transparência e previsibilidade, conforme determina a Lei nº 14.133/2021 e os normativos complementares.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Reforçar os mecanismos de controle de acesso físico e eletrônico, prevenindo riscos à integridade física de servidores, visitantes e patrimônio público.

12.2. Garantir operação segura da porta giratória e do detector de metais, assegurando triagem eficiente e ambiente institucional protegido.

12.3. Obter contratação vantajosa, com observância à economicidade, qualidade e conformidade legal.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Realizar licitação conforme Lei nº 14.133/2021, IN nº 05/2017/SEGES e demais normativos aplicáveis.

13.2. Formalizar a contratação após adjudicação e homologação.

13.3. Designar fiscais técnico e administrativo para acompanhamento.

13.4. Implementar gestão e fiscalização contínua, com observância ao Decreto nº 12.304/2024 (programas de integridade).

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não se vislumbram impactos negativos de sustentabilidade, em decorrência da execução dos serviços de vigilância.

14.2. Os materiais, equipamentos e insumos utilizados na execução dos serviços, restritos ao uniforme, equipamentos de salvaguarda e três itens de escritório, deverão atender aos critérios de Sustentabilidade Ambiental definidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, especialmente o disposto em seu art. 6º, no que for aplicável.

14.3. Para mitigar impactos ambientais, a Contratada deverá observar as seguintes diretrizes:

14.3.1. Utilizar, sempre que disponíveis no mercado, materiais reciclados, reutilizados e biodegradáveis, priorizando soluções que reduzam a geração de resíduos.

14.3.2. Priorizar mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, contribuindo para a redução da pegada de carbono e fortalecimento da economia regional.

14.3.3. Empregar agregados reciclados sempre que houver oferta, capacidade de suprimento e custo inferior aos agregados naturais, promovendo economia circular.



14.3.4. Adotar, sempre que possível, materiais e bens livres de substâncias perigosas acima dos limites recomendados pela diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), evitando compostos como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenilpolibromados (PBDEs).

14.3.5. Cumprir as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre gestão de resíduos sólidos, garantindo descarte adequado e práticas ambientalmente responsáveis.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A solução atende às necessidades institucionais, reforça a segurança orgânica e observa economicidade, integridade e governança, conforme Decreto nº 12.304/2024.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### GETULIO MENEZES BENTO

Responsável pela Demanda / Chefe do SELOG/SR/PF/AL



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 09:50:23.

### FERNANDO FERRAZ FERNANDES DE OLIVEIRA

Integrante Administrativo - Substituto



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 09:35:35.

Despacho: APROVO os Estudos Técnicos Preliminares, por analisar o mercado específico, avaliar e definir os custos envolvidos na contratação e indicar a solução ideal ao projeto de segurança da SR/PF/AL,

### BRUNA RIZZATO BARBOSA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 15:46:15.



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SEI\_145734584\_Anexo\_do\_ETP\_\_\_Plan.\_de\_Custos\_\_\_Analise\_Critica\_e\_Mapa.pdf (883.61 KB)